

A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: PRÁTICAS E DESAFIOS DA COOPERAÇÃO ENTRE MOÇAMBIQUE E BRASIL (1975-2022)

FÁTIMA CHIMARIZENI PAPELO

fatimacardoso31@gmail.com

Professora de Questões Contemporâneas das Relações Internacionais na Pós-Graduação e História das Relações Internacionais na Escola Superior de Relações Internacionais (ESRI) da Universidade Joaquim Chissano (Moçambique). Doutorada em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2420-0309>.

ANDRÉ LUIZ REIS DA SILVA

reisdasilva@hotmail.com

Professor Associado no Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil) e dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política (UFRGS) e Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS). Bolsista de Produtividade do CNPq (PQ2). CV

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6302611515385123>;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2593-1189>.

Resumo

A cooperação Sul-Sul é uma alternativa atraente para os países africanos gerirem os problemas enfrentados com os actuais mecanismos de ajuda externa. Entretanto, caracteriza-se pela volatilidade, isto é, a sua intensidade oscila no tempo e no espaço. Na sua relação com o Brasil, Moçambique depara-se com uma diminuição recente do engajamento do Brasil. Embora tenham sido assinados acordos de cooperação entre os dois países em diversas áreas, no início do milénio 2000, o cenário de mudança de governo no Brasil expôs a vulnerabilidade da cooperação entre ambos. Devido à postura anti-globalista do Presidente Bolsonaro, o projecto de inserção internacional do Brasil à escala global foi abandonado, o que afectou directamente a cooperação com Moçambique. Visto que Moçambique tem o Brasil como um parceiro estratégico, a redução do engajamento político deste último obriga o primeiro a repensar estratégias de desenvolvimento no contexto da cooperação Sul-Sul. Este distanciamento político de ambos não é novo, tende a reproduzir-se num contexto internacional diferente, afectando negativamente as expectativas de Moçambique. Com o propósito de aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas da cooperação para o desenvolvimento a nível da periferia, este artigo investigou, com base na análise documental e em entrevistas, as práticas comuns e os desafios inerentes da cooperação entre Moçambique e Brasil.

Palavras-chave

Cooperação Sul-Sul, desenvolvimento, Brasil, Moçambique.

Abstract

South-South co-operation is an attractive alternative for African countries to manage the problems they face with current foreign aid mechanisms. However, it is characterised by



volatility, i.e. its intensity fluctuates over time and space. In its relationship with Brazil, Mozambique has seen a recent decrease in Brazil's engagement. Although cooperation agreements were signed between those countries in various areas at the beginning of the millennium 2000, the change of government in Brazil exposed the vulnerability of cooperation between the two. Due to President Bolsonaro's anti-globalist stance, Brazil's international insertion project on a global scale was abandoned, which directly affected cooperation with Mozambique. Since Mozambique has Brazil as a strategic partner, the reduction in the latter's political engagement forces the former to rethink development strategies in the context of South-South cooperation. This political distancing between the two is not new, but tends to be reproduced in a different international context, negatively affecting Mozambique's expectations. With the aim of gaining a deeper understanding of the dynamics of development co-operation on the periphery, this article investigated the common practices and inherent challenges of co-operation between Mozambique and Brazil, based on documentary analysis and interviews.

Keywords

South-South co-operation, development, Brazil, Mozambique.

Como citar este artigo

Papelo, Fátima Chimarizeni & Silva, André Luiz Reis da (2024). A Cooperação para o Desenvolvimento: Práticas e Desafios da Cooperação entre Moçambique e Brasil (1975-2022). *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL 15, Nº.1, Maio-outubro, pp. 232-248. DOI <https://doi.org/10.26619/1647-7251.15.1.13>

Article received on March 30, 2023, and accepted for publication on September 13, 2023.





A COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: PRÁTICAS E DESAFIOS DA COOPERAÇÃO ENTRE MOÇAMBIQUE E BRASIL (1975-2022)

FÁTIMA CHIMARIZENI PAPELO

ANDRÉ LUIZ REIS DA SILVA

Introdução

Existem diferentes modelos de cooperação internacional para o desenvolvimento. No que diz respeito à cooperação entre Estados, a cooperação Norte-Sul representa o modelo tradicional, através do qual os países do Norte firmam parcerias de cooperação em determinados domínios, seja económico, político ou social, enquanto que a cooperação Sul-Sul representa um modelo mais recente de cooperação internacional, em que os países do Sul global tendem a estabelecer parcerias uns com os outros, em diversas áreas. Esse último modelo de cooperação internacional constitui uma nova abordagem que envolve o incremento de relações entre Estados periféricos e, por vezes, envolve cooperação erodida entre tais Estados. Embora os dois modelos tendam a funcionar em simultâneo, a recente dinâmica da cooperação para o desenvolvimento, a nível da periferia e da semi-periferia, ganha desenvoltura própria que requer devida compreensão (Wallerstein, 1975; 1985). Uma das formas de relações entre países periféricos (ou em desenvolvimento) é a cooperação Sul-Sul.

Embora a relação entre países periféricos também possa estar pautada por subordinação, um dos elementos centrais é que emerge o fenómeno da cooperação Sul-Sul, com o estabelecimento de uma relação menos assimétrica e com maior potencial de negociação equilibrada e de benefícios mútuos. Assim, a cooperação Sul-Sul tornou-se um importante instrumento de concertação política e promoção de desenvolvimento alternativo às relações tradicionais com os países do centro capitalista. A cooperação Sul-Sul não tem um conceito plenamente definido, mas incorpora algumas características. Pode incluir na sua agenda uma ampla gama de formas de cooperação entre países em desenvolvimento, tanto com finalidade de reforço político mútuo, como promoção de cooperação técnica e desenvolvimento em diversos sectores (Milani & Carvalho, 2013).

Neste contexto, o Brasil e Moçambique têm interesse e actuam no formato de cooperação Sul-Sul. Desde a década de 1970, o Brasil utiliza o mecanismo de cooperação Sul-Sul



como instrumento de inserção internacional. Estas estratégias de cooperação Sul-Sul permeiam tanto o meio bilateral, quanto multilateral. Isto é, procurou-se uma aproximação dos países do Sul quer através de mecanismos multilaterais (com destaque para as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio, OMC), quer através de acordos bilaterais. A formação de parcerias estratégicas entre o Brasil e países em desenvolvimento, criando planos de acção para a cooperação, está incluída nessa estratégia (Saraiva, 2007). Ademais, a cooperação Sul-Sul ganhou destaque na política externa brasileira na primeira década do milénio com a ampliação do número de parceiros, de projectos e de recursos empregues, principalmente com países africanos.

Já Moçambique caracteriza-se por apostar na cooperação Sul-Sul como alternativa de impulso ao desenvolvimento. Desde 1975, ano da independência de Moçambique, a cooperação Sul-Sul tem sido usada por este país como estratégia de desenvolvimento (Gomes, 2023; Uache, 2023). A sua materialização envolveu acções bilaterais e multilaterais. Assim, Moçambique estabeleceu relações com Estados vizinhos do Sul como a Tanzânia, Zâmbia, Botswana, entre outros. Igualmente, formou parcerias em fóruns multilaterais como o Grupo dos 77, os Não Alinhados, a Organização da Unidade Africana, a Conferência de Coordenação e Desenvolvimento da África Austral (Gomes, 2023; Uache, 2023). Entretanto, a intensificação da cooperação desenvolvida entre Moçambique e Brasil, nos finais da década 1990 e início do milénio 2000, realçou e aprofundou a dinâmica da relação entre ambos os países, marcando o início de novos projectos envolvendo países que outrora tinham reduzida proximidade.

Assim, apesar da cooperação entre Moçambique e Brasil ter iniciado no ano da independência de Moçambique (1975), surge no novo milénio uma nova característica marcante da relação entre ambos os países. A cooperação mostra-se, nessa altura incrementada, sendo contudo posteriormente reduzida. A mudança de governo no Brasil, que se deu com a subida do Governo de Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018) e, posteriormente, Jair Bolsonaro (2019-2022), alterou o fluxo de cooperação entre ambos os países, dando lugar a uma significativa redução de engajamento do Brasil. Esta variação na intensidade da cooperação entre Moçambique e Brasil, coloca em causa os interesses estratégicos de Moçambique uma vez que este país considera o Brasil como um parceiro estratégico.

Este estudo tem o objectivo de analisar a dinâmica das relações entre Moçambique e o Brasil, nos marcos da cooperação Sul-Sul, a fim de compreender até que ponto é afectada pela mudança de governo brasileiro. Para tal, recorreu-se ao método qualitativo sustentado pela perspectiva histórica, pelo método comparativo, pela revisão bibliográfica e pela realização de entrevistas a fim de compreender as dinâmicas da cooperação entre Moçambique e Brasil, no tempo e no espaço. Questões como i) quais são as práticas comuns da cooperação entre ambos?; e ii) que desafios resultam da cooperação entre Moçambique e Brasil? O objectivo radica na análise das implicações dessas questões nas perspectivas de desenvolvimento de Moçambique.



Cooperação entre Moçambique e o Brasil: Primeiras Iniciativas e Reacções

O Estado brasileiro, face ao processo de descolonização de África, continuou apoiando a Europa, sendo a favor da França quando este país começou por se opor à independência da Tunísia, Marrocos e Argélia. A diplomacia brasileira assistiu como “espectadora passiva” aos processos de descolonização (Penna Filho & Lessa, 2007, p.61-62). No entender de Ferreira (2011), o Brasil observou silenciosamente a independência de 17 países africanos em 1960, não tendo prestado atenção a quanto as nações africanas se estavam a organizar naquele momento. Tanto a Conferência de Bandung como o início da Guerra-Fria tinham trazido um novo ângulo para as relações internacionais, diferente do existente Leste-Oeste. No entanto, África não tinha valor político para o Brasil, pois as relações económicas que ocorriam entre a Europa e a África, eram vistas como potencialmente concorrentes com o Brasil em termos de fornecimento de produtos de exportação. Concomitantemente, o governo brasileiro também apoiava o colonialismo português, pois desde 1953 havia assinado o “Tratado de Amizade e Consulta com Portugal” que consagrava a comunhão espiritual e política entre ambos e que condicionava as acções da diplomacia brasileira, que consultava Portugal os posicionamentos internacionais (Ferreira, 2011; Santos, 2014).

A grande viragem nas relações do Brasil para África ocorreu nos Governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), com um expressivo avanço nas relações com o continente africano. Em 1961, o governo de Jânio Quadros formulou uma política externa denominada de Política Externa Independente (PEI), mantida pelo governo de João Goulart. O núcleo ideológico básico da PEI assentava nos princípios da auto-determinação, no planeamento económico, na não intervenção e na descolonização completa (Silva e Riediger, 2016: 106). Mas restaram as ambiguidades em relação a Portugal e à África do Sul. O Brasil condenava o racismo e o colonialismo, mas não votava pelas sanções contra esses países. A África do Sul representava 70% das exportações brasileiras para o continente. Pressionado pelos interesses portugueses, o Brasil permaneceu apoiando Portugal, embora de forma ambígua, na questão da descolonização angolana, mas não por muito tempo (Saraiva, 2012).

Com a implantação do regime militar no Brasil, em 1964, ocorreu um novo afastamento em relação a África (Silva, 2004). Nesse período, aumentou o apoio do Brasil à política africana portuguesa. África tornava-se, aos olhos dos formuladores da política exterior do Brasil pós-golpe de 1964, um lugar vulnerável às influências comunistas. Entretanto, as relações comerciais mantiveram-se e, crescentemente, no início dos anos 1970, ocorreu uma reafirmação da diplomacia africana do Brasil. Em julho de 1974, o Brasil reconheceu a Guiné-Bissau como um Estado independente, mesmo antes das conclusões das negociações entre Portugal e a Guiné. Além disso, em março de 1975, o Brasil foi o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas com Angola, cuja independência ocorreria apenas em novembro desse ano. A partir desse momento, África passara a ser importante para a política externa brasileira. Politicamente, o continente africano era fonte potencial de apoio para demandas comuns no diálogo Norte-Sul e em outros órgãos multilaterais. Economicamente, significava mercados para produtos brasileiros, em especial os industrializados (Silva, 2007).



Para o caso das relações diplomáticas com Moçambique, estas ocorreram, inicialmente, num contexto de ressentimento e desconfiança por parte de Moçambique em relação ao Brasil. Esse contexto era oriundo do passado sensível que caracterizou a relação entre as duas partes. Melo (2009: 113) aponta que:

Em 1963, justamente para dar a conhecer ao público brasileiro o drama da guerra anticolonial, a Frelimo havia aberto um escritório no Rio. Aquela representação diplomática oficiosa de um país ainda não independente, correspondia, em sentido inverso, à representação diplomática formal que agora queríamos abrir num país cuja independência ainda não estava completa. Mas em 1964, o escritório da Frelimo no Rio foi varejado pela polícia, e seus funcionários presos e seviciados. Mais: foram ameaçados de expulsão para Portugal, onde iriam cair nas masmorras da PIDE. E tão desastrosa expulsão só não se consumou porque Leopold Senghor, Presidente do Senegal, intercedeu junto ao Brasil, em favor da Frelimo...Por tudo isso, Moçambique sempre havia esperado o apoio do Brasil que, moralmente, valeria muito perante Portugal, perante o mundo. Assim, o voto de abstenção do Brasil na ONU nunca foi bastante. Um voto afirmativo do Brasil em favor de Moçambique provavelmente teria paralisado o braço armado português, poderia talvez ter permitido que Moçambique em menos tempo visse a guerra terminar e ganhasse a independência.

Entretanto, embora a relação entre Moçambique e Brasil tenha sido caracterizada por uma forte agenda assente no comércio exterior, entre 1975 e 1986, foi resultado da insistência, por parte do Brasil, de cooperar com Moçambique, com Angola a ter um importante papel para que Moçambique se abrisse às relações com o Brasil (Santos, 2014; Melo, 2009). Melo (2009: 114) afirma que “a Frelimo queria primeiro ver como o Brasil iria se comportar em Angola, agora que lá abríamos uma Representação Especial. As relações com Moçambique dependeriam certamente do que fizéssemos em Angola. E relações de confiança com a África Negra, a mais longo prazo, o Brasil só poderia ter caso se entendesse bem com os novos países que falam português naquele continente”.

As relações diplomáticas entre Moçambique e Brasil foram formalizadas a 15 de Novembro de 1975 com a abertura da embaixada brasileira em Maputo e o papel desempenhado pelos dois primeiros embaixadores, primeiro Ronald Leslie Moraes Small, depois Ítalo Zappa. O governo de Ernesto Geisel (1974-1979) abriu linhas de crédito no Banco do Brasil para Moçambique importar produtos industrializados brasileiros. Desse modo, até 1979, o financiamento brasileiro para Moçambique era o maior disponibilizado, com mais de 100 milhões de dólares, valor não superado por nenhum outro país (Morais, 2019). Não obstante, em relação à cooperação, os governos do Brasil e Moçambique tinham perspectivas bastante diferentes. O Brasil estava disposto a agir rápido por meio de projectos de cooperação para os anfitriões esquecerem o passado e abrirem as portas para que as empresas brasileiras pudessem desenvolver negócios como, por exemplo, os dois projectos agrícola e de irrigação, no valor de 8 milhões de dólares, que a empresa Geoténica estava a desenvolver na Beira. Moçambique propunha uma cooperação mais estruturada e pontual para o desenvolvimento do país, conforme Sérgio Vieira (presidente do Banco de Moçambique) destacava: “ajuda na prospecção e exploração de



petróleo e carvão, a cooperação no campo agrícola de irrigação, pecuária e construção de barragens” (Santos, 2014: 289).

Em 1980, o Ministério das Relações Exteriores convidou quarenta empresários brasileiros para uma viagem a Moçambique e demais países da África Austral visitados pelo *chanceler*, para avançar na política de aproximação com o continente africano. Do lado moçambicano, também se notou maior interesse para avançar com as incipientes relações. Em retribuição à visita do chanceler, o governo frelimista enviou ao Brasil, em Dezembro de 1980, o governador do Banco de Moçambique, Sérgio Vieira. No ano seguinte, em 1981, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissano, visitou Brasília, onde teve um banquete oferecido e se reuniu com o presidente João Figueiredo (1979-1985), com a presença de Ítalo Zappa (apesar de já não ser embaixador em Maputo).

Firmou-se, nessa altura, o Acordo Geral de Cooperação entre a República de Moçambique e a República Federativa do Brasil. Entre os compromissos em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, Chissano reuniu-se na última cidade com empresários da Câmara de Comércio Afro-Brasileira (a convite do empresário Adalberto Camargo, que estava na comitiva de Guerreiro um ano antes), na qual se trataram de interesses comerciais.

Foi na altura da presidência de Figueiredo que Moçambique assinou o primeiro acordo de cooperação com o Brasil, a 15 de Setembro de 1981, promulgado a 9 de Junho de 1984 (Bussoti & Macamo, 2018). Este acordo pretendeu fomentar a cooperação bilateral nos sectores económico, científico, técnico e cultural, incluindo, acções práticas de formação do profissional. Uma comissão mista permanente foi encarregue de acompanhar e dinamizar o acordo. Trata-se de um documento bastante genérico, mas que constitui o instrumento fundamental em termos de identificação dos eixos que iriam orientar as relações bilaterais entre os dois países (Bussoti & Macamo, 2018). A assinatura desse acordo foi antecedida pela visita de Chissano ao Brasil, em 1980, que visava ampliar as parcerias internacionais de Moçambique.

Em 1985, face às crises internas e a necessidade de abertura da economia moçambicana, o presidente Samora Machel (1975-1986) estava mais propício ao diálogo com diferentes países. Em Abril de 1986, Machel fazia um esforço maior de aproximação: enviou ao Brasil o ministro Armando Guebuza para levar uma carta ao presidente José Sarney (1985-1990). Na mensagem, Machel traçou um esboço das dificuldades enfrentadas pelo seu país, estrangulado entre a crise económica – legada pelo sistema colonial – a soma aos fracassos da política económica do governo e à seca que se abatia sobre Moçambique – e às consequências da guerra com o movimento militar oposicionista, a Renamo.

Durante 11 anos como chanceler do governo de Samora Machel, Chissano conduziu, na segunda metade da década de 1970, as relações com o Bloco Leste, blocos multilaterais (Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral/SADCC, Países da Linha da Frente e Grupo dos Países Não-Alinhados) e tentou, sem sucesso, integrar o Conselho de Ajuda Mútua Económica/CAME, na sequência da orientação político-ideológica do partido-Estado. Porém, o que de facto marcou essa fase de transição foi a morte trágica de Samora Machel no final de 1986. A sua morte encerra uma era, chamada pela historiografia moçambicana de “Primeira República”, na qual o governo era fortemente dependente da personalidade do líder. Pela habilidade no diálogo



internacional e por ser figura respeitada na cúpula do Partido, Chissano substituiu Machel. Assim, na segunda metade da década de 1980, perante as urgentes necessidades económicas e sociais, Chissano conduziu uma política pragmática de abertura ao diálogo com os países ocidentais e reforçou o relacionamento com os Não-Alinhados, incluindo o Brasil, abriu a transição de uma economia socialista atrasada para o capitalismo e promoveu diálogo para uma cultura de paz com os países vizinhos (Santos, 2014).

Concluindo, na primeira metade dos anos 1980, a crise do sistema socialista, a perda de apoio do Leste, e a par da crise interna levaram as relações diplomáticas de Moçambique a serem reorientadas para o Ocidente (Ottaway, 1988, Abrahamsson & Nilsson, 1998), o que exigiu uma habilidosa reorientação da diplomacia. Aqui, a diplomacia moçambicana foi redesenhada na sua concepção de forma a albergar relações com Estados que outrora se encontravam fora da lista de parceiros de cooperação de Moçambique, entre os quais alguns dos Estados do Ocidente. Nota-se aqui que Moçambique não abandonou os laços de cooperação que estabelecia com seus antigos parceiros, como é o caso de Estados socialistas, o que se verifica nesta fase é um alargamento de parceiros de cooperação com vista a diversificar potenciais fontes de apoio para a realização dos objectivos de Moçambique. Esses factos marcam a reorientação da Política externa moçambicana.

Ademais, Moçambique iniciou a década 1990 carregando novos interesses como resultado do ajuste nas suas políticas. Para além de incentivar o comércio com os Estados vizinhos e outros, procurou capitalizar os seus recursos internos através da abertura para ao Investimento Directo Estrangeiro e estabilidade política interna. Mas é no início do novo Milénio (2000) que a política externa moçambicana foi mais eficaz para, por um lado, intensificar a atracção de investimento directo estrangeiro, a fim de responder às necessidades internas de desenvolvimento e, por outro lado, consolidar a cooperação económica regional. Nesse contexto, a indústria extractiva tornara-se a aposta principal do Estado para responder às demandas de crescimento económico e possibilitar a integração na economia global.

Esta nova fase da política externa de Moçambique visava a busca de financiamento ao desenvolvimento, materializada pela diplomacia económica e pela valorização da cooperação Sul-Sul. É no contexto internacional, caracterizado pela redução do poder das potências tradicionais europeias, impulsionadas pela divisão entre unipolaridade e multipolaridade, que Moçambique se aproximou de Estados Ocidentais e outros próximos para intensificar relações diplomáticas e económicas, estreitando os laços de cooperação com o Brasil.

Assim, ao longo do século XX, as relações entre Brasil e Moçambique caracterizavam-se por um relativo afastamento, principalmente marcadas pelo posicionamento brasileiro de apoio a Portugal na questão da independência das colónias africanas. Esse cenário foi alterado, primeiro devido a aproximação do Brasil com os Estados africanos, que adquiriu maior grau de profundidade a partir do início do século XXI, motivada também pela importância que os Estados africanos ganharam para o alcance dos objectivos de política externa do Brasil, como veremos a seguir.



Investimento como Instrumento de Cooperação

A área comercial firmou-se como o primeiro alicerce das relações entre Moçambique e Brasil. Segundo Santos (2014), desde 1975 (Independência de Moçambique) até 1986 (adesão à economia de mercado por Moçambique – que ocorreu ainda antes da morte de Samora Machel), a relação diplomática entre os dois países foi marcada por um direccionamento: a atuação da Embaixada brasileira como actor comercial em Moçambique, explicitada na participação na Feira Agrícola, Comercial e Industrial de Moçambique (FACIM). Santos (2014, p. 298) aponta que:

Tendo em vista o desaceleramento da economia brasileira no final dos anos 70 (fim do "milagre económico"), provocado pela a crise do petróleo em 1979, o aumento do dólar e do preço dos combustíveis, o comércio com a África tornou-se muito importante, particularmente as importações do petróleo de Angola e da Nigéria, assim como as exportações de produtos industrializados brasileiros. Em 1980, cerca de 50% do valor das exportações foram direccionadas para Moçambique, e este valor correspondia basicamente à venda de 21 unidades de locomotivas para construção da malha ferroviária do país.

As exportações foram aumentando neste período, e mesmo com uma diminuição dos expositores na FACIM entre 1980 e 1982, os valores de bens exportados do Brasil alcançaram o montante de 207 milhões de dólares em apenas três anos. Muitas empresas estabelecidas já recebiam encomendas (Santos, 2014, p. 297).

No entanto, a par das questões de política doméstica e da guerra civil (1977-1992), a ausência de produtos moçambicanos que alavancassem as relações entre os países manteve-as num patamar de pouca relevância, não obstante algumas acções pontuais, como a participação brasileira na missão de paz organizada pelas Nações Unidas em Moçambique e, posteriormente, com a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) (Almeida, 2016). Entretanto, foi com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que o interesse em relação a África adquiriu novo dinamismo. Embora privilegiando os aliados ocidentais (Estados Unidos e Europa) e a estratégia na América Latina (o Mercosul tinha sido constituído há poucos anos, em 1991), Cardoso distinguiu-se como moderador de conflitos. Por exemplo, em Angola para onde enviou o maior contingente militar da história brasileira no exterior (cerca de 1200 soldados na missão UNAMEV), e em Moçambique, onde militares brasileiros integraram a missão ONUMOZ para acompanhar o processo de paz entre a Renamo e a Frelimo (Bussoti & Macamo, 2018).

No início do século XXI, a intensificação da exploração de importantes recursos minerais em solo moçambicano e o novo posicionamento da política externa brasileira redimensionaram essas relações (Almeida & Kraychete, 2014). Com Cardoso, as relações bilaterais Brasil-Moçambique tornaram-se mais profundas. A primeira visita de Estado a Moçambique feita por um presidente brasileiro foi a de Fernando Henrique Cardoso a Maputo em 2000, por ocasião da III Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. No ano seguinte Chissano retribuiu a visita.



Foi nestas circunstâncias que as duas partes assinaram importantes protocolos bilaterais no âmbito da saúde, educação, políticas sociais e segurança pública. Dois tipos de acordos foram ratificados: programas específicos e memorandos de entendimento, chamados de “protocolos de intenções” (Bussoti & Macamo, 2018). Pertencem ao primeiro tipo, o mais operacional, o Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação no sector educacional, com a implementação do programa “Alfabetização Solidária em Moçambique”. Tal programa visava difundir a alfabetização em Moçambique, quer nos jovens, quer nos adultos, no âmbito do Plano Estratégico da Educação de Moçambique, tendo como objectivo alfabetizar um milhão de jovens e adultos até 2003. Também nos acordos operacionais deve ser incluído o Ajuste Complementar no âmbito educacional, com o programa “Bolsa-Escola”, que visava colocar todas as crianças em idade escolar a estudar em escolas públicas até 2005, com a disponibilização de 100 bolsas, ao longo do primeiro ano, para que as famílias mantivessem os seus filhos na escola. O terceiro Ajuste Complementar refere-se ao “Apoio ao Programa Nacional de Controle às DTS/SIDA”, cuja finalidade era apoiar o esforço de Moçambique na luta contra SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis. O Brasil tinha, como sua tarefa fundamental, enviar especialistas a Moçambique, formar quadros moçambicanos e garantir a transferência de tecnologia (Bussoti & Macamo, 2018).

Esses programas incidiam sobre áreas sociais moçambicanas e a actuação de especialistas brasileiros, através da cooperação técnica tinha por fim a partilha da sua experiência e conhecimentos. Tais programas não interferiam em questões de ordem política, isto é, não apresentavam e nem constituíam interferências nos assuntos políticos domésticos do Estado moçambicano. No entanto, o número de indivíduos que se pretendia abranger pelos projectos era ambicioso, não correspondendo à realidade dos recursos disponíveis. O Ajuste Complementar na área da educação, por exemplo, pretendia abranger todas as crianças em idade escolar, mas só tinha 100 Bolsas-Escola para oferecer.

Pertencem ao segundo tipo de acordos o Protocolo de Intenções relativo à cooperação técnica na área da mulher e acção social, da educação, da saúde (com enfoque especial na saúde da mulher, da criança e do adolescente), na formação de quadros superiores do sector, na implementação do ensino à distância para formação contínua dos profissionais de saúde, HIV/SIDA, com transferências tecnológicas na produção de antirretrovirais. Aqui, também não existe especificação do número de moçambicanos que deviam beneficiar dessas acções. Pela primeira vez, é assinado um Protocolo de Intenções na área da segurança pública, envolvendo os Ministérios do Interior dos dois países, com o objectivo primário de troca de informações entre as partes sobre a prevenção e combate ao crime, formação de pessoal, pesquisa, desenvolvimento científico e estudos organizacionais (Bussoti & Macamo, 2018). Neste protocolo verifica-se, diferentemente dos anteriores, não apenas o contributo expresso do Brasil, também um papel atribuído a sua contraparte moçambicana, dado o envolvimento de instituições securitárias dos dois Estados, actuando em forma de intercâmbio institucional.

Assim, a cooperação entre os dois países ganhou uma nova dimensão em que às questões comerciais se juntam componentes sociais e de segurança que passaram a fazer parte do leque de ajuda disponibilizada pelo Brasil a Moçambique – na base de



necessidades apresentadas por este último país. Porém, Moçambique assume um papel de parceiro na área securitária com o dever de participar não só na qualidade de receptor de ajuda, mas de contribuinte activo na cooperação com o Brasil. Este facto colocou Moçambique na posição de doador, o que automaticamente trouxe um ganho para o Brasil e não apenas para Moçambique como se verifica nos acordos anteriores.

Apesar da importância assinalável dos acordos acima mencionados, a verdadeira viragem nas relações bilaterais Brasil-Moçambique registou-se com a presidência Lula, a partir de 2003. Uma intensa aproximação com o continente africano ocorreu neste período, encontrando reciprocidade no outro lado do Atlântico (Amorim & Silva, 2021) Os dois mandatos do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) representaram não só o aumento dos investimentos na cooperação como o início da contínua preocupação com a sua sistematização e aperfeiçoamento (Almeida & Kraychete, 2014). É nesse contexto que projectos da cooperação brasileira se tornaram um importante instrumento de aprofundamento da relação de cooperação entre ambos os países. Dois projectos são exemplares para se compreender esse processo: a implantação da fábrica de medicamentos antirretrovirais em Matola nas proximidades da cidade de Maputo e o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique – ProSavana. Por meio desses projectos, a existência de imbricações entre cooperação e interesses económicos pode ser analisada, verificando-se a adequação do discurso brasileiro à sua prática.

Foi neste cenário que Moçambique se tornou palco para a materialização dos projectos mais emblemáticos da estratégia da política externa do Brasil no continente africano. Em 2010, foram investidos R\$8.625.830 em Moçambique, com preferência para projectos de cooperação técnica de natureza estruturante (IPEA, 2011). Diferentemente da ajuda directa ao orçamento e dos empréstimos concessionais realizados pelos países desenvolvidos, o Brasil elegeu a cooperação técnica como abordagem preferencial da sua actuação em Moçambique, empreendendo acções que objectivassem o fortalecimento estrutural de alguns sectores, principalmente saúde, agricultura e educação (Almeida & Kraychete, 2014). Moçambique era o primeiro país, em termos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) brasileira, entre os cerca de 80 abrangidos pela acção da Agência Brasileira de Cooperação. E, durante a presidência Lula foram assinados os seguintes acordos (Bussoti & Macamo, 2018): Acordo para o Desenvolvimento do Sector Agropecuário; Acordo de Cooperação Técnica no âmbito sanitário e fitossanitário (em 2003); Acordo para o Reforço das Acções para Alimentação e Nutrição, com o objectivo de formar técnicos moçambicanos para melhorar geneticamente árvores de fruta e produtos hortícolas (cerca de USD 200.000 em 2007); Projecto ProSavana (com a Cooperação Japonesa); Acordo para o Projecto de Suporte Técnico da Plataforma de Inovação Agropecuária de Moçambique (USD 12.188.802, em 2009). Consequentemente, os dois sectores em que a cooperação bilateral Brasil-Moçambique mais se desenvolveu foram a saúde e a agricultura. No primeiro caso, o Itamaraty apoiou-se ao Ministério da Saúde para levar a cabo acções que visassem a transferência de políticas públicas que no Brasil tinham registado grandes sucessos e, acima de tudo, a luta contra o HIV/SIDA (Milani & Lopes, 2014). Assim, foi envolvida a Fundação brasileira Fiocruz para preparar o Plano Estratégico do Instituto Nacional de Saúde (INS) e abrir um mestrado em Ciências da Saúde em Moçambique (Bussoti & Macamo, 2018).



No caso do ProSavana, embora esse projecto se insira na cooperação técnica e tenha como objectivos prover as partes envolvidas com os maiores benefícios, numa situação *win-win*, o mesmo é criticado por não conter na sua concepção o maior envolvimento da população local. O Pro-Savana é tido, por organizações da sociedade civil e pela UNAC (União Nacional dos Camponeses) como um projecto expropriador de terras dos agricultores, colocando-os em situação de vulnerabilidade. Essas críticas levantadas em torno do Pro-Savana têm impedido o mesmo de ser colocado em prática (Funada-Classen, 2019). Tal coloca em causa, até certo ponto, a viabilidade dos projectos de cooperação técnica em algumas áreas. Como Silva (2007) aponta, há interesses múltiplos sobre as relações do Brasil com países africanos, reflexos das próprias contradições da sociedade brasileira. Do mesmo modo, a cooperação Sul-Sul tem múltiplos entendimentos, engajando práticas diversas com interesses diversificados (Cezne, Hönke, 2022).

Desafios da Cooperação entre Moçambique e Brasil

O quadro de cooperação entre Moçambique e Brasil caracteriza-se por variações na relação entre ambos. Embora de médio-prazo, a última década indicou novamente um afastamento nessa relação. Assim, apesar da cooperação bilateral entre os dois Estados periféricos ter, de 2003 a à 2011, aprofundado o apoio técnico entre ambas as partes - envolveu sectores estatais dos dois lados, que demonstraram capacidade de partilhar conhecimento, principalmente nos sectores agrários ou de saúde. A alteração de presidente no Brasil conduziu a mudanças no engajamento. Durante o Governo de Dilma Rousseff (2013-2016) registou-se uma queda significativa nos recursos alocados a Moçambique, que passaram de 42,7 milhões de reais para 10,9 milhões e 8,2 milhões de reais em 2015 e 2016, respectivamente (IPEA, 2018). Casarões (2021) afirma que o solidarismo cedeu para o pragmatismo guiado pelas grandes empresas na área da construção civil, mineração, petróleo e siderurgia. Ao longo do segundo mandato de Dilma, houve tentativas de retoma das relações com o continente africano, com a assinatura de três Acordos de Cooperação Internacional (ACI) - com Angola, Malawi e Moçambique -, mesmo em circunstâncias globais e domésticas desfavoráveis. Contudo, os desafios, permaneceram: o avanço da Operação Lava Jato (investigação de corrupção que alcançou diversos políticos e empresários brasileiros) paralisou ou reduziu as actividades de determinadas empresas em África.

Ademais, é importante apontar que houve uma mudança na estratégia da ABC de cooperação técnica, uma vez que a agência passou a centrar-se sobretudo em iniciativas de Cooperação Trilateral com organismos internacionais e países desenvolvidos, verificando-se uma consolidação dos protocolos de padronização de práticas e um incremento do orçamento focado nesse domínio, que se cifrou em 54 milhões de dólares em 2013 (45% dos quais exclusivos da ABC). Na mesma linha, o Governo de Temer (2016-2018), simpatizante das relações Norte-Sul, privilegiou o retorno à relação especial com os Estados Unidos (Fingerman, 2019). A ABC, por exemplo, elaborou as Directrizes Gerais para a Concepção, Coordenação e Supervisão de Iniciativas de Cooperação Trilateral, em 2017, que levou à ampliação de gastos com países desenvolvidos. Segundo o IPEA (2018), em 2016, os recursos destinados aos Estados Unidos da América (21,8 milhões de reais) superaram aqueles destinados a Moçambique



(8,2 milhões de reais). Consequentemente, a agenda africana perdeu centralidade na política externa brasileira, o que se manifestou no enfraquecimento de laços com Moçambique. O auge deste afastamento contemporâneo deu-se com o encerramento de postos diplomáticos e a redução do corpo diplomático do Brasil no exterior, que ocorreu com a entrada de Bolsonaro. Segundo Casarões (2021), a política externa de Bolsonaro assumiu um carácter antiglobalista que levou a uma ruptura com os projectos anteriores de potência emergente.

É natural que, numa democracia, que a política externa – uma política pública, afinal – se submeta aos interesses do governo do dia. Contudo, a redução do engajamento brasileiro compromete o alcance do objectivo da Cooperação Sul-Sul com Moçambique, uma vez que o Brasil virou as costas ao parceiro estratégico. Francisco (2021), considera que, no geral, o governo de Bolsonaro se caracterizou por um distanciamento pragmático em relação a de África. Analisando as motivações brasileiras da intermitência nas relações estratégicas com Moçambique, Fingerman (2019) afirma que a transformação nas relações Moçambique-Brasil já era esperada na presidência de Bolsonaro devido ao programa conservador de governo e ao discurso de posse do chanceler Ernesto Araújo. Tais evidências indicavam um claro afastamento das iniciativas do Sul Global com possível impacto na área da Cooperação Sul-Sul. Com o retorno de Lula da Silva à presidência do Brasil, a partir de 2023, há a expectativa de retoma nas relações mais próximas com os países africanos. De facto, a política externa do governo Lula anunciou uma retomada do engajamento do Brasil na cooperação Sul-Sul, na aproximação aos países do Sul Global e em buscar uma aproximação com os países africanos.

Fingerman (2019) defende que existe um consenso no Itamaraty de manter uma certa continuidade na política brasileira para África a despeito do Governo. Entretanto, reconhece igualmente que o Itamaraty sofre influências que o obrigam a adaptar-se à diplomacia presidencial e à politização da política externa de modo a servir os interesses de novos actores domésticos na agenda internacional. Com isto, nota-se que a coerência e fluidez da cooperação entre Moçambique e Brasil estão sujeitas à ideologia e simpatias políticas assumidas pelo presidente do dia o que afecta as perspectivas de desenvolvimento de Moçambique, visto que se ressentiu da diminuição do investimento do Brasil nas áreas de cooperação onde incidiam os protocolos. Consequentemente, Moçambique é obrigado a repensar estratégias de desenvolvimento menos dependentes das transformações sistémicas que têm ocorrido no contexto da cooperação Sul-Sul. O quadro de cooperação entre Moçambique e Brasil caracteriza-se por variações na relação entre ambos. Embora de médio-prazo, a última década indicou novamente um afastamento nessa relação. Assim, apesar da cooperação bilateral entre os dois Estados periféricos ter, de 2003 a à 2011, aprofundado o apoio técnico entre ambas as partes - envolveu sectores estatais dos dois lados, que demonstraram capacidade de partilhar conhecimento, principalmente nos sectores agrários ou de saúde. A alteração de presidente no Brasil conduziu a mudanças no engajamento. Durante o Governo de Dilma Rousseff (2013-2016) registou-se uma queda significativa nos recursos alocados a Moçambique, que passaram de 42,7 milhões de reais para 10,9 milhões e 8,2 milhões de reais em 2015 e 2016, respectivamente (IPEA, 2018). Casarões (2021) afirma que o solidarismo cedeu para o pragmatismo guiado pelas grandes empresas na área da construção civil, mineração, petróleo e siderurgia. Ao longo do segundo mandato de Dilma, houve tentativas de retoma das relações com o continente africano, com a



assinatura de três Acordos de Cooperação Internacional (ACI) – com Angola, Malawi e Moçambique –, mesmo em circunstâncias globais e domésticas desfavoráveis. Contudo, os desafios, permaneceram: o avanço da Operação Lava Jato (investigação de corrupção que alcançou diversos políticos e empresários brasileiros) paralisou ou reduziu as actividades de determinadas empresas em África.

Ademais, é importante apontar que houve uma mudança na estratégia da ABC de cooperação técnica, uma vez que a agência passou a centrar-se sobretudo em iniciativas de Cooperação Trilateral com organismos internacionais e países desenvolvidos, verificando-se uma consolidação dos protocolos de padronização de práticas e um incremento do orçamento focado nesse domínio, que se cifrou em 54 milhões de dólares em 2013 (45% dos quais exclusivos da ABC). Na mesma linha, o Governo de Temer (2016-2018), simpatizante das relações Norte-Sul, privilegiou o retorno à relação especial com os Estados Unidos (Fingerman, 2019). A ABC, por exemplo, elaborou as *Directrizes Gerais para a Concepção, Coordenação e Supervisão de Iniciativas de Cooperação Trilateral*, em 2017, que levou à ampliação de gastos com países desenvolvidos. Segundo o IPEA (2018), em 2016, os recursos destinados aos Estados Unidos da América (21,8 milhões de reais) superaram aqueles destinados a Moçambique (8,2 milhões de reais). Consequentemente, a agenda africana perdeu centralidade na política externa brasileira, o que se manifestou no enfraquecimento de laços com Moçambique. O auge deste afastamento contemporâneo deu-se com o encerramento de postos diplomáticos e a redução do corpo diplomático do Brasil no exterior, que ocorreu com a entrada de Bolsonaro. Segundo Casarões (2021), a política externa de Bolsonaro assumiu um carácter antiglobalista que levou a uma ruptura com os projectos anteriores de potência emergente.

É natural que, numa democracia, que a política externa – uma política pública, afinal – se submeta aos interesses do governo do dia. Contudo, a redução do engajamento brasileiro compromete o alcance do objectivo da Cooperação Sul-Sul com Moçambique, uma vez que o Brasil virou as costas ao parceiro estratégico. Francisco (2021), considera que, no geral, o governo de Bolsonaro se caracterizou por um distanciamento pragmático em relação a África. Analisando as motivações brasileiras da intermitência nas relações estratégicas com Moçambique, Fingerman (2019) afirma que a transformação nas relações Moçambique-Brasil já era esperada na presidência de Bolsonaro devido ao programa conservador de governo e ao discurso de posse do chanceler Ernesto Araújo. Tais evidências indicavam um claro afastamento das iniciativas do Sul Global com possível impacto na área da Cooperação Sul-Sul. Com o retorno de Lula da Silva à presidência do Brasil, a partir de 2023, há a expectativa de retoma nas relações mais próximas com os países africanos. De facto, a política externa do governo Lula anunciou uma retomada do engajamento do Brasil na cooperação Sul-Sul, na aproximação aos países do Sul Global e em buscar uma aproximação com os países africanos.

Fingerman (2019) defende que existe um consenso no Itamaraty de manter uma certa continuidade na política brasileira para África a despeito do Governo. Entretanto, reconhece igualmente que o Itamaraty sofre influências que o obrigam a adaptar-se à diplomacia presidencial e à politização da política externa de modo a servir os interesses de novos actores domésticos na agenda internacional. Com isto, nota-se que a coerência e fluidez da cooperação entre Moçambique e Brasil estão sujeitas à ideologia e simpatias



políticas assumidas pelo presidente do dia o que afecta as perspectivas de desenvolvimento de Moçambique, visto que se ressentia da diminuição do investimento do Brasil nas áreas de cooperação onde incidiam os protocolos. Consequentemente, Moçambique é obrigado a repensar estratégias de desenvolvimento menos dependentes das transformações sistémicas que têm ocorrido no contexto da cooperação Sul-Sul.

Considerações finais

Ao final deste artigo conclui-se que a cooperação para o desenvolvimento proporciona aos Estados envolvidos oportunidade de trocar experiências sobre a actuação em várias áreas sócio-económicas. A cooperação Sul-Sul, em particular, difere da mera doação de dinheiro ou da ajuda externa ao orçamento do Estado, uma vez que inclui a definição de áreas comuns de intervenção entre os Estados envolvidos. Neste contexto, a cooperação técnica caracterizou a relação entre Moçambique e Brasil com projectos de acção nas áreas da saúde, agricultura e segurança, operacionalizados através de diversos protocolos e memorandos assinados entre os dois países.

Apesar de vários hiatos registados na relação entre Moçambique e Brasil, entre 1975 a 2022, o momento de ascensão da Cooperação Sul-Sul entre ambos foi marcado pela governação de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Nessa época, o discurso oficial do Brasil ilustrava uma abertura para África e as acções evidenciavam uma aproximação sistematizada e aperfeiçoada. No geral, foram colocados em prática os Acordos visando a cooperação técnica, assinados durante a vigência de um líder que simpatizava com determinado Estado Africano, como é o caso da simpatia do presidente Lula por Moçambique. Entretanto, diante da mudança de presidente, este cenário foi alterado. Isto é, a mudança na liderança política do Brasil impôs um desafio crítico à estratégia da política externa brasileira, que foi marcada por um claro afastamento do Sul Global.

A tendência declinante de investimento na cooperação com Moçambique constitui uma das marcas do governo de Bolsonaro. Embora Moçambique pretenda o estreitamento de parcerias estratégicas com países como o Brasil, esta intenção esbarra com o desengajamento brasileiro em África. Isto é expresso no reduzido investimento do Brasil na cooperação Sul-Sul, o que afecta as perspectivas de desenvolvimento de Moçambique, visto que este país se ressentia da diminuição do investimento do Brasil nas áreas de cooperação, onde incidiam os protocolos – saúde e agricultura – obrigando Moçambique a repensar novas estratégias de desenvolvimento e parcerias alternativas, no contexto da cooperação Sul-Sul. Este enquadramento poderá ser novamente revertido, dependendo principalmente da evolução política no Brasil.

Referências

- Abrahamsson, H., & Nilsson, A. (1994). *Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: Padrigu/CEEI- ISRI, Chalmers.
- Almeida, E. L., & Kraychete, E. (2013). O discurso brasileiro para a cooperação em Moçambique: existe ajuda desinteressada? *Astrolabio Nueva Epoca*, Córdoba, n. 10, p.



- 341-374. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/2815/4508>. Acesso em Dez. 2017.
- Amorim, C., & Silva, A. L. R. (2021). O Itamaraty e o Movimento Negro: interesses, ideias e práticas nas relações Brasil-África. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (35), e244677. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/88jMqSQYcVWGt9YrbsrKbYh/?lang=pt#> Acesso em Dez. 2023.
- Bussotti, L., & Macamo, E. (2018). A Cooperação Bilateral Brasil-Moçambique, com Enfoque Especial na Área da Defesa. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 36, 113-136. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/3243>. Acessado em Jun 2020.
- Casarões, G. (2021). O Brasil nas ruas e longe do mundo: como a crise político-econômica levou ao colapso da política externa brasileira. *Aisthesis*, Vol.70. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-71812021000200439&script=sci_arttext#aff1. Acessado em Jun. 2022
- Classen, S. F. (2019). Ascensão e queda do ProSavana: da cooperação triangular à cooperação bilateral contra-resistência. *OMR*, n.82. Documento de trabalho. Maputo
- Cezne, E., & Honke, J. (2022). The multiple meanings and uses of South-South relations in extraction: The Brazilian mining company Vale in Mozambique. *World Development*, Vol. 151, 13p. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/eee/wdevel/v151y2022ics0305750x21003715.html>. Acessado em 2023.
- Ferreira, W. (2011). A África na política externa brasileira: análise de distanciamentos e aproximações entre as décadas de 1950 e 1980. *Revista Acadêmica de Relações Internacionais*, v. 2, n. 4, p. 125-152, 2011. Disponível em: <https://rari.paginas.ufsc.br/files/2013/10/RARI-N%C2%B04-Vol.-II-Artigo-5.pdf>. Acesso em Jun. 2020.
- Fingermann, N. N. (2019). Brasil e Moçambique na Cooperação Sul-Sul: Entre Avanços e Recuos. *IESE*. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/art_nfingermann.pdf. Acessado em Jun. 2022.
- Francisco, F. R. in Marigoni, G., Schutte, G. & Berringer, T. (2021). Relações Internacionais em um Mundo em Transformação: As Bases da Política Externa Bolsonaroista. Disponível em: [https://editora.ufabc.edu.br/images/Livros/Bases da politica externa bolsonarista.pdf](https://editora.ufabc.edu.br/images/Livros/Bases_da_politica_externa_bolsonarista.pdf) . Acessado em Jun. 2022.
- GOMES, S.. Entrevista [Jan.2023]. Entrevistador: Fátima C. Papelo. Maputo. 2023
- IPEA; BANCO MUNDIAL. (2011) *Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento*. Brasília.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2018). *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (2013-2013)*. Brasília.



- Melo, O. A. (2009). *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- R. S. Milani, C., & C. O. Carvalho, T. (2013). Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano. *Estudos Internacionais: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas*, 1(1). Disponível em <https://periodicos.pucminas.br/index.php/estudosinternacionais/article/view/5158>. Acesso em 15 Dez. 2023.
- Milani, C. R. S., & Lopes, Roberta N. (2014). Cooperação Sul-Sul e policy transfer em saúde pública: análise das relações entre Brasil e Moçambique entre 2003 e 2012. *Carta Internacional*, v. 9, n. 1, p. 59-78, 2014. Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/121>. Acesso em Jan. 2020.
- Morais, J. G. O. (2019). *De geopolítica e história económica das relações Brasil-Moçambique: a longa duração e a inflexão no governo de Lula*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São. Paulo. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.31.2020.tde-16012020-124421>. Acesso em Jun. 2020.
- Ottaway, M. (1988). Mozambique: from symbolic socialism to symbolic reform. *The Journal of Modern African Studies*, v. 26, n. 2, p. 211-226, June 1988.
- Penna F., & Pio; LESSA, A. C. (2007). O Itamaraty e a África: As Origens da Política Africana do Brasil. *Estudos Históricos. FGV*, v. 39, p. 57-81. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2561/1520>. Acessado em Dez. 2020
- Santos, V. (2014). Brasil e Moçambique nos anos 1974 a 1986: economia e política externa no diálogo Sul-Sul. *Revista de Ciências Humanas*, v. 14, n. 2, p. 277-301, 2014.
- Saraiva, J. F. S. (2012). *África: parceria do Brasil Atlântico*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- Saraiva, M. G. (2007). As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007, *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 50(2), pág. 42-59.
- Silva, A. L. R. (2004). *A diplomacia brasileira entre a segurança e o desenvolvimento: a política externa do governo Castelo Branco (1964-1967)*. Porto Alegre, Ed. UFRGS.
- Silva, A. L. R. (2007). *A identidade africana no discurso diplomático brasileiro: avanços e recuos nas relações Brasil-África (1930-2007)*. Poster apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, 2007. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História - ANPUH.
- Silva, A. L. R., & Riediger, B. F. (2016). *Política Externa Brasileira: uma introdução*. 1. ed. Curitiba: InterSaberes.
- Uache, P.. Entrevista [Jan.2023]. Entrevistador: Fátima C. Papelo. Maputo. 2023.
- Wallerstein, I. (1985). *O Capitalismo Histórico*. São Paulo: Brasiliense.
- Wallerstein, I. (1976). Semi-Peripheral Countries and the Contemporary World Crisis. *Theory and Society*, v.3, n.4, p.461-483, 1976.